

INTRODUÇÃO (Vol. 38.1/2024)**FOREWORD (Vol. 38.1/2024)**

Gonçalo Fernandes*

gf@utad.pt

Márcia Oliveira**

marciacoliveira@elach.uminho.pt

Maria do Carmo Lourenço-Gomes***

mclgomes@elach.uminho.pt

Na sequência do XXIV Colóquio de Outono, realizado na Universidade do Minho em novembro de 2022, organizado por Anabela Leal de Barros, Idalete Dias, Isabel Cristina Mateus, Sílvia Araújo e Vítor Moura (CEHUM), reunimos um conjunto de contribuições no Dossiê Temático do volume 38.1 da Revista Diacrítica focando precisamente a temática do património textual em língua portuguesa. O dossiê temático do volume 38.1 (2024), “Património Textual: Abordagens Interdisciplinares”, constituiu assim uma oportunidade para ampliar a temática do evento, promovendo uma abordagem especializada nos domínios dos estudos literários, linguísticos, culturais, estéticos e filosóficos, com especial destaque para as áreas da filologia e da crítica textual. Para além do dossiê temático, são ainda apresentados, nesta introdução ao volume, os artigos que compõem as secções Varia e Recensão.

Palavras-Chave: Património textual. Revista Diacrítica Vol. 38.1. Edição textual. Edição digital.

Following the XXIV Autumn Colloquium, which took place at the University of Minho in November 2022, an event organised by Anabela Leal de Barros, Idalete Dias, Isabel Cristina Mateus, Sílvia Araújo and Vítor Moura (CEHUM), we put together a series of contributions in the Special Issue of volume 38.1 of Revista Diacrítica focusing precisely on the theme of Textual Heritage in the Portuguese language. The special issue of volume 38.1 (2024), “Textual Heritage: Interdisciplinary Approaches”, provided an opportunity to broaden the theme of the event, fostering a specialised approach in the fields of literary, linguistic, cultural, aesthetic, and philosophical studies, with special emphasis on the areas of philology and textual criticism. In addition to the thematic dossier, this introduction to the volume also presents the articles included in the Varia and Review sections.

Keywords: Textual heritage. Revista Diacrítica Vol. 38.1. Text editing. Digital edition.

* Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0001-5312-6385

** Centro de Estudos Humanísticos, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0002-2995-2158.

*** Centro de Estudos Humanísticos, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0001-9003-0438.

•

1. Introdução

O património textual compreende um vasto conjunto de documentos escritos que constituem uma parte crucial do património cultural da humanidade. Estes documentos, que podem variar desde manuscritos medievais a correspondências do século XX, são fontes primárias valiosas para, por exemplo, a pesquisa histórica, literária, cultural e linguística, entre outras áreas do saber. A edição contemporânea de textos é um campo essencial para a sua preservação e acessibilidade, onde diferentes abordagens são aplicadas para atender a diversos objetivos de estudo e preservação.

Com efeito, esta introdução ao volume 38.1 (2024) da Revista Diacrítica, apresenta de forma breve o conceito de património textual e analisa as diferentes tipologias de edição de textos, incluindo edições fac-similadas ou anastáticas, paleográficas ou diplomáticas, semidiplomáticas, críticas e interpretativas. Abordam-se aqui também critérios de transcrição e, em particular, a importância do desenvolvimento das abreviaturas, essenciais para a interpretação hodierna de documentos antigos. A análise foca-se, por isso, na importância destas práticas para a conservação do património cultural e para a acessibilidade dos textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

Em Portugal há uma longa tradição sobre as várias modalidades de edição, desde a criação das disciplinas de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Azevedo, Costa & Pereira, 1979; Marques, 2011), sendo alguns dos seus expoentes Avelino de Jesus Costa (1908–2000) (1990, 1993), Sebastião Tavares de Pinho (1937–2020) (1987) e, mais recentemente, Maria José Azevedo Santos (1994). Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, destacam-se Eduardo Alexandre Borges Nunes (1924–2008), especialmente no respeitante ao desenvolvimento das abreviaturas (Nunes, 1969, 1981), Luís Filipe Lindley Cintra (1925–1991) (1959, 1983 [1951]) e, mais recentemente, Ana Maria Martins (1999). Na Universidade do Porto, António Augusto Ferreira da Cruz (1911–1989) (1987) e José Marques (1937–2021) (2002); e na Universidade do Minho, Amadeu Torres (1924–2012) (1982) e José de Azevedo Ferreira (1942–1995) (1987). No Brasil, é imperativo destacar Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1927–2011) (2004), Maria Helena Ochi Flexor (2008), e, mais recentemente, Alcía Duhá Lose e Arivaldo Sacramento de Souza (2018), e ainda Sílvio de Almeida Toledo Neto (2020). Essa tradição de análise paleográfica deriva da necessidade de transcrição de textos medievais latinos, especialmente Adriano Cappelli (1859–1942) (1899), mas recentemente muitos ainda se têm continuado a dedicar a esta problemática a nível mundial, como Bernhard Bischoff (1990), George Tanselle (1989), David Greetham (1994), Bernard Cerquiglini (1989) e Hedwig Gwosdek (2013).

Estes estudos evidenciam, em conjunto, a importância das normas de transcrição e as diversas abordagens à edição e interpretação do património textual, não coincidindo, algumas vezes, na metodologia e defendendo, muitas vezes, até posições e critérios

opostos, o que só enriquece o debate científico e valoriza o património textual da humanidade.

2. Tipologias de edições textuais

Os critérios de transcrição de um texto manuscrito (medieval ou contemporâneo) são sempre passíveis de discórdia não só entre paleógrafos e historiadores, mas também entre filólogos, linguistas e literatos, pois dependem fundamentalmente dos objetivos da própria edição. Há variados casos em que os editores utilizam, na mesma publicação, diferentes edições, como, por exemplo, o fac-simile, uma edição crítica e uma edição atualizada, com ortografia e pontuação modernizada, ou até uma tradução, de forma a cativar um público menos especializado. O fundamental é os autores de cada edição explicarem a tipologia de edição e descreverem justificadamente os critérios de transcrição utilizados.

São múltiplas as tipologias de edições ou reproduções textuais científicas, mas, a nível de codicologia ou da ecdótica, podemos distinguir, de forma abreviada, entre, pelos menos, as quatro seguintes — esta distinção também não é consensual entre os especialistas (veja-se, e.g., Emiliano, 2002) —: edição anastática ou fac-similada; diplomática ou paleográfica; semidiplomática e crítica.

Com efeito, esta introdução ao volume 38.1 (2024) da Revista *Diacrítica*, apresenta de forma breve o conceito de património textual e analisa as diferentes tipologias de edição de textos, incluindo edições fac-similadas ou anastáticas, paleográficas ou diplomáticas, semidiplomáticas, críticas e interpretativas. Abordam-se aqui também critérios de transcrição e, em particular, a importância do desenvolvimento das abreviaturas, essenciais para a interpretação hodierna de documentos antigos. A análise foca-se, por isso, na importância destas práticas para a conservação do património cultural e para a acessibilidade dos textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

Em Portugal há uma longa tradição sobre as várias modalidades de edição, desde a criação das disciplinas de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Marques, 2011; Azevedo, Costa & Pereira, 1979), sendo alguns dos seus expoentes Avelino de Jesus Costa (1908–2000) (1990, 1993), Sebastião Tavares de Pinho (1937–2020) (1987) e, mais recentemente, Maria José Azevedo Santos (1994). Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, destacam-se Eduardo Alexandre Borges Nunes (1924–2008), especialmente no respeitante ao desenvolvimento das abreviaturas (Nunes, 1969, 1981), Luís Filipe Lindley Cintra (1925–1991) (1959, 1983 [1951]) e, mais recentemente, Ana Maria Martins (1999). Na Universidade do Porto, António Augusto Ferreira da Cruz (1911–1989) (1987) e José Marques (1937–2021) (2002); e na Universidade do Minho, Amadeu Torres (1924–2012) (1982) e José de Azevedo Ferreira (1942–1995) (1987). No Brasil, é imperativo destacar Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1927–2011) (2004), Maria Helena Ochi Flexor (2008), e, mais recentemente, Alícia Duhá Lose e Arivaldo Sacramento de Souza (2018), e ainda Sílvio de Almeida Toledo Neto (2020). Essa tradição de análise paleográfica deriva da necessidade de transcrição de textos medievais latinos, especialmente Adriano Cappelli (1859–1942) (1899), mas recentemente muitos ainda se têm continuado a dedicar a esta

problemática a nível mundial, como Bernhard Bischoff (1990), George Tanselle (1989), David Greetham (1994), Bernard Cerquiglini (1989) e Hedwig Gwosdek (2013).

Estes estudos evidenciam, em conjunto, a importância das normas de transcrição e as diversas abordagens à edição e interpretação do património textual, não coincidindo, algumas vezes, na metodologia e defendendo, muitas vezes, até posições e critérios opostos, o que só enriquece o debate científico e valoriza o património textual da humanidade.

2.1. Edição anastática ou fac-similada

Uma edição anastática ou fac-similada é uma reprodução fotográfica rigorosa do texto original e não inclui qualquer alteração do texto reproduzido. Para Azevedo Filho (2004, p. 38),

(...) a edição mecânica é um precioso instrumento de trabalho nas mãos de especialistas, atendendo bem às necessidades de leitura paleográfica, embora algumas vezes se tenha de recorrer aos próprios manuscritos, com a ajuda de lentes ou de lâmpadas especiais, ou mesmo com ajuda de raios infravermelhos ou ultravioleta, capazes de revelar traços ilegíveis a olho nu e não reproduzíveis numa fotografia comum, por mais perfeita que seja.

É uma forma de dar a conhecer obras raras, muitas vezes exemplares únicos, “perdidos” em bibliotecas públicas ou privadas, colocá-las ao serviço do bem-comum e protegê-las de usos supérfluos e, muitas vezes, indevidos. Estas edições, quando publicadas em livros, são introduzidas frequentemente por estudos biobibliográficos do(s) autor(es), do contexto histórico e apresentam uma descrição paleográfica ou codicológica, etc.

2.2. Edição paleográfica ou diplomática

As edições paleográficas ou diplomáticas visam reproduzir os textos tal como aparecem nos manuscritos originais, com um foco especial na fidelidade gráfica, muito próxima do original, sem alterações relevantes, mantendo a integridade do documento histórico, respeitando as suas idiossincrasias e oferecendo uma visão autêntica do texto original (Greetham, 1994): “Portanto, numa edição realmente diplomática não deve haver a correção de nenhum erro, nem mesmo a introdução de sinais de pontuação ou qualquer adaptação ortográfica.” (Azevedo Filho, 2004, p. 39). As edições paleográficas fornecem, com efeito, uma representação exata do manuscrito original, permitindo aos investigadores analisar aspetos que vão além do conteúdo textual, como a evolução da escrita e das práticas de produção de manuscritos (Bischoff, 1990). Procuram uma reprodução fiel dos textos, mas com uma ênfase particular na preservação da estrutura e das características formais do documento original, incluindo erros e variações. Este tipo de edição é crucial para estudiosos que desejam examinar as características físicas dos textos, incluindo a caligrafia, a disposição espacial e as peculiaridades gráficas dos manuscritos, especialmente para historiadores e paleógrafos, pois permitem o estudo

detalhado dos documentos no contexto de sua produção. Na perspectiva de Ivo Castro e Maria Ana Ramos (1986),

(...) o linguista quer a edição diplomática. A ele interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correções, as rasuras, etc. Uma boa edição diplomática é aquela que responde a todas estas exigências. (Castro & Ramos, 1986, p. 116)

Não se trata, contudo, de uma opinião unânime entre os linguistas, pois, já em 1956, Serafim da Silva Neto (1917–1960) referia que:

A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estreita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras. Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado do fac-simile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura. (Neto, 1956, p. 297)

2.3. Edição semidiplomática

As edições semidiplomáticas representam um compromisso entre as edições paleográficas e diplomáticas, com alterações e ajustes, mais ou menos, acentuados, por forma a tornar o texto mais acessível ao leitor moderno, sem comprometer a sua integridade original. Com efeito, a edição semidiplomática procura equilibrar o desejo de preservar uma proximidade com o texto original, mas com alterações de natureza prática, como correções de erros, atualização da pontuação, junção ou separação de palavras, conforme ortografia contemporânea, desenvolvimento de abreviaturas, etc. Este tipo de edição é particularmente útil para leitores que não estão familiarizados com as práticas paleográficas ou com as peculiaridades gráficas dos manuscritos antigos. Em suma, uma edição semidiplomática oferece uma versão legível e acessível do texto, preservando aspetos essenciais da sua forma original (Cerquiglini, 1989). A uma edição similar ao que consideramos como semidiplomática, Leodegário Azevedo Filho (2004, p. 39) apelidou de diplomático-interpretativa, ou seja, uma edição

(...) mais completa que a edição diplomática propriamente dita, introduz um sistema de convenções para a transcrição e leitura do texto (...), pode recorrer a sinais de pontuação e pode adaptar o texto à ortografia atual, juntando partes separadas de um só vocábulo e separando elementos vocabulares conglomerados.

2.4. Edição crítica

As edições críticas vão além da reprodução ou transcrição dos textos, envolvendo uma análise aprofundada e a correção de erros, procurando interpretar o “real” pensamento do(s) autor(es). Os editores críticos comparam diferentes versões do texto, anotam

variações e emendam passagens com base em evidências textuais e contextuais. Esta abordagem é fundamental para a reconstrução de textos que sofreram alterações ao longo do tempo. A edição crítica busca, assim, restituir o texto à sua forma mais autêntica possível, levando em conta todas as testemunhas disponíveis e aplicando um rigor analítico na identificação e correção de erros (Tanselle, 1989):

Tal tipo de edição se volta para obras com tradição textual divergente ou múltipla, devendo então procurar-se a unidade de lição (...). Além das dificuldades paleográficas e codicológicas sempre existentes, a freqüente falta de pontuação, os erros de cópias, as lacunas, as inovações, as corruptelas, as abreviaturas, as interpolações e a própria grafia, com separação de partes de um só vocábulo, ou junção de vocábulos diferentes num só conglomerado, entre vários outros elementos, (...) de tudo isso e de muito mais trata uma edição crítica, a partir de normas de transcrição textual previamente estabelecidas. (Azevedo Filho, 2022, p. 40)

3. Desenvolvimento de Abreviaturas

A transcrição de textos históricos exige a aplicação de normas rigorosas para garantir a precisão e a fidelidade ao texto original. Como já salientámos, as normas de transcrição variam conforme o tipo de edição, mas geralmente incluem diretrizes para a representação de caracteres, pontuação e *layout*. A transcrição deve ser consistente e transparente, permitindo aos leitores compreenderem as decisões tomadas pelo(s) editor(es) e a relação entre o texto transcrito e o original.

Existem, no entanto, muitas diferenças teóricas entre os paleógrafos sobre o desenvolvimento ou desdobramento das abreviaturas e as suas “marcas”. Avelino de Jesus Costa (1993, p. 51), por exemplo, refere ser este “o principal pomo de discórdia entre os defensores de um conservadorismo rígido e os da modernização pura e simples das fontes diplomáticas e narrativas medievais e modernas.”

As abreviaturas são uma forma de braquigrafia, amplamente utilizada em manuscritos antigos para economizar espaço e materiais (Marcos García, 2014) e, com o passar do tempo, o significado da maioria dessas abreviaturas perdeu-se, ficando o seu conhecimento circunscrito aos especialistas de determinadas épocas ou áreas científicas, o que representa um desafio particular para o(s) editor(es), sendo necessária a sua explicitação. Por isso, “toda a abreviatura deve ser desdobrada para tornar o texto perfeitamente inteligível aos leitores, mas sem nada lhe tirar ou alterar sem previamente os prevenir” (Costa, 1993, p. 51), de modo a refletir o uso original e o contexto do manuscrito, com prudência, garantindo que o texto resultante seja fiel ao sentido e à forma do original, pois é, muitas vezes, causa de erro.

Todavia, a maioria dos paleógrafos defende que os grafemas introduzidos no desenvolvimento das abreviaturas devem ser assinalados e ficar bem explícitos ou “marcados”. Alguns autores entendem que devem ficar, por exemplo, em itálico (letra cursiva) ou em letra pontilhada (Torres, 1982, vol. 1, p. 31), enquanto outros, entre parênteses curvos, colchetes ou parênteses retos, *chevrons* e/ou chavetas, etc. Por seu turno, Avelino de Jesus Costa (1993, p. 51) entende que “não é preciso indicar graficamente as letras restituídas, excepto nos textos publicados para fins didácticos,

filológicos ou linguísticos.” No entanto, o próprio Avelino de Jesus Costa admite que outros tenham assinalado o desenvolvimento das abreviaturas com caracteres redondos em livros didáticos, sem qualquer sinalização extra. Efetivamente, tem sido essa a perspetiva mais frequente no que diz respeito à transcrição de textos latinos em que não há registo de alterações fonéticas. Foi esse o procedimento, por exemplo, de Sebastião Tavares de Pinho (1987, pp. 256–260) na obra “De Senectute” de Lopo Serrão, bem como Hedwig Gwosdek (2013, p. 149) na *Lily's Grammar of Latin in English*, cujas “abbreviations occurring in the text have been expanded silently”, e Fernandes (2020), na *Ars Minor* donatiana.

•

O estudo do património textual e das práticas editoriais revela a complexidade e a riqueza envolvidas na preservação e interpretação de documentos históricos. As diferentes abordagens de edição — anastática, paleográfica, semidiplomática e crítica —, cada uma com suas especificidades e objetivos, destacam-se como ferramentas essenciais para a acessibilidade e compreensão de textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

A aplicação rigorosa de normas de transcrição e a interpretação cuidadosa das abreviaturas são cruciais para manter a fidelidade ao texto original, assegurando que as informações históricas e culturais sejam preservadas de forma precisa. Estas práticas, fundamentadas por uma tradição académica robusta, demonstram a importância da colaboração interdisciplinar entre paleógrafos, filólogos, linguistas e historiadores.

Ao examinar e debater as diferentes metodologias e critérios de edição, o campo da ecdótica continua a evoluir, garantindo que o património textual seja preservado e transmitido com integridade para as futuras gerações. Este contínuo enriquecimento do debate científico sobre as melhores práticas editoriais não só valoriza o património textual da humanidade como também promove um melhor entendimento do nosso passado cultural e histórico.

É precisamente no sentido desta valorização do Património Textual que surge este Dossiê Temático, o qual nos apresenta diversos trabalhos críticos e de edição atuais, iniciando-se com o artigo “A edição atualizada do Báculo Pastoral de Flores de Exemplos de Francisco Saraiva de Sousa”. Nele, José Barbosa Machado apresenta a obra seiscentista Báculo Pastoral de Flores de Exemplos, de Francisco Saraiva de Sousa, publicada pela primeira vez em 1624, sendo a última edição datada de 1738. De grande interesse religioso, linguístico e literário, o artigo oferece informações bibliográficas sobre as várias edições e o autor aborda a estrutura e temática da obra, as suas características gráficas e linguísticas e os critérios para a edição atualizada, prestes a ser publicada. O artigo inclui ainda a transcrição do Capítulo XXVIII sobre o pecado da gula.

Já Elena Lombardo e Filipe Alves Moreira, em “Para o estudo da crónica de D. Sebastião atribuída a Bernardo da Cruz: textos, autores e testemunhos”, analisam um dos textos historiográficos sobre D. Sebastião mais citados e discutem o estado da arte, a autoria e a história desta crónica, apresentando os primeiros resultados de uma análise

sistemática da sua tradição manuscrita no âmbito do Projeto Sebástica Manuscrita do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

No artigo de Ling Li “A concepção gramatical de Joaquim Gonçalves: uma análise da sua visão sobre a formação e a classificação das palavras chinesas”, os leitores encontram uma visão gramatical de Joaquim Afonso Gonçalves (1781–1841) através da análise da *Arte China* (1829). O estudo revela como os processos de formação de palavras e a classificação do léxico chinês combinam modelos greco-latinos com categorias locais, oferecendo novas perspetivas sobre as interpretações gramaticais do sinólogo português. Ainda no âmbito das relações entre o português e o chinês, Anabela Leal de Barros, Ana Ng Cen e Xiao Wang examinam, no artigo “A figura do Mandarim num dicionário manuscrito de português-chinês do século XVIII”, um conjunto de verbetes do dicionário estudado, focando-se nas entradas relacionadas com mandarins e seus equivalentes chineses. O estudo revela como as definições e equivalentes chineses refletem a perceção dos mandarins na época, e compara este vocabulário com o trabalho lexicográfico de Joaquim Afonso Gonçalves, destacando mudanças na terminologia no século seguinte.

Por sua vez, “Livros proveitosos para aprender a ler, escrever e falar: um *vade mecum* de saúde e bem-estar”, de autoria de Maria do Céu Fonseca, Ana Alexandra Silva, Fernando Gomes, Maria João Marçalo e Olga Gonçalves, explora os guias de conversação do século XIX e traz importantes fontes para os estudos interdisciplinares sobre saúde e bem-estar. Os autores analisam, ainda, a microestrutura discursiva em diálogos e repertórios lexicais sobre saúde, destacando como esses textos codificam comportamentos metalinguísticos e refletem contextos culturais e ideológicos da época.

Elsa Pereira, em “A materialidade dos datiloscritos na produção escrita de Pedro Homem de Mello”, foca os hábitos datilográficos de Pedro Homem de Mello (1904–1984) e examina documentos do seu espólio, explorando como a escrita mecânica influenciou o estilo poético do autor. A autora discute ainda aspetos materiais dos datiloscritos, como o uso de fitas coloridas e correções manuscritas, e sua contribuição para a multimodalidade na poesia de Mello.

João Paulo Silvestre, Osvaldo Pacheco, José Sousa, Filipa Roldão e Joana Serafim abordam a necessidade de um plano de investigação para a edição digital de forais medievais portugueses, destacando a importância de um corpus textual coeso, da colaboração interdisciplinar e de ferramentas digitais no artigo “A edição digital de forais medievais portugueses com o suporte de um sistema de edição colaborativa em base de dados”. Os leitores ficam também a conhecer o sistema de edição colaborativa EDICOLAB, desenvolvido para facilitar a edição e visualização desses documentos históricos.

Desde 2019, a equipa de historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro trabalha na série monográfica *Ortógrafos Portugueses*. Em “Dos ortógrafos portugueses aos *Portugalliae Monumenta Linguistica*”, Rolf Kemmler, Carlos Assunção, Sónia Coelho e Susana Fontes apresentam a série e o projeto *Portugalliae Monumenta Linguistica*, que visa a edição e divulgação digital de tratados metaortográficos da língua portuguesa.

Para concluir o dossiê temático, no artigo intitulado “A Gramática das Criancinhas e a Gramática no País das Formigas: um projeto de edição”, Sónia Coelho e Susana

Fontes, apresentam a obra *A Gramática das Criancinhas* de Virgínia Faria Gersão, publicada em 1921, e sua adaptação para a revista *Os Nossos Filhos*, entre 1954 e 1958. O artigo destaca o projeto de edição desses textos, suas diferenças e a trajetória editorial, enfatizando a importância de preservar e divulgar esses materiais didáticos históricos.

O presente volume da Revista *Diacrítica* conta com quatro artigos na secção *Varia*, começando com “Whitman's Democratic Citizen”, no qual Jorge Pereira examina uma série de ensaios intitulada *Manly Health and Training*, publicada por Walt Whitman em 1858 sob o pseudônimo Mose Velsor. Nesta série, o poeta e ensaísta norte-americano associa a condição física dos leitores com a saúde geral da democracia americana, abordando temas como política, moralidade, clima, longevidade, atletismo grego e hábitos de higiene. Jorge Pereira relaciona estas ideias com a visão de Whitman sobre Ulysses Grant, “exemplo do cidadão americano ‘ideal’”, e a sua conturbada presidência.

Em “O Direito e o que é direito sobre a literatura”, Janaína Freire de Oliveira dos Santos e Fábio Roberto Lucas discutem o texto “O direito à literatura”, da autoria de António Cândido, numa perspectiva contemporânea, questionando critérios classificatórios e inclusivos na crítica literária. Os autores confrontam o ensaio de Cândido com obras de autores como Marcos Piason Natali, Marília Librandi-Rocha, Rodrigo Navas, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. São então elencadas análises críticas e reflexivas sobre as questões abordadas por Cândido em 1988 durante a redemocratização do Brasil. O escopo da literatura brasileira, a sua relação com o nacionalismo e a democratização do acesso à literatura são também aqui examinados.

Diogo Nóbrega, em “Política e ontologia da Figura no pensamento de Gilles Deleuze”, explora o conceito de 'Figura' na obra do filósofo francês a partir dos ensaios “Francis Bacon – Logique de la Sensation”, “Cinéma 1 – L'Image-mouvement” e “Cinéma 2 – L'Image-temps”. Nóbrega apresenta-nos a tese de que a Figura emerge de um conflito entre diferentes movimentos, nomeadamente, o desejo de conformidade ideal com um modelo estável e a deformação, ou uma morte múltipla e impessoal. Neste sentido, o autor examina a repetição desta estrutura em conceitos deleuzianos chave, tais como 'Imagem', corpo sem órgãos', 'Memória', 'perversão' e 'democracia', para concluir acerca do alcance não só estético-artístico, mas também político da Figura, que resulta num repensar da democracia.

Na área da linguística, Telmo Mória traz-nos uma análise sobre a distribuição dos adjuntos temporais negativos no português contemporâneo, centrando-se nos advérbios “nunca” e “jamais”. A pesquisa abrange o português europeu e brasileiro e destaca os contextos sintáticos em que esses advérbios ocorrem: posição pré-verbal como operadores de negação e posição pós-verbal em concordância negativa. Também se consideram contextos negativos elípticos. O estudo examina sequências de expressões negativas pré-verbais e a ocorrência de adjuntos temporais negativos em contextos não negativos, como construções comparativas e superlativas. Os dados são documentados com corpora de textos jornalísticos e literários, apresentando frequências das diversas construções. O artigo tem como título “A distribuição dos adjuntos temporais negativos no português contemporâneo: negação, concordância negativa e construções de grau”.

O volume 38.1 da Revista Diacrítica encerra com uma recensão de Xosé Ramón Freixeiro Mato ao livro *O Português Esquecido. O Galego e os Dialectos Portugueses Setentrionais*, da autoria de Xosé Manuel Sánchez Rei.

Referências

- Azevedo Filho, L. A. de. (2004). *Base teórica de crítica textual*. H. P. Comunicação.
- Azevedo, R. de, Costa, A. de J., & Pereira, M. R. (1979). *Documentos de D. Sancho I (1174–1211)*. Universidade de Coimbra.
- Bischoff, B. (1990). *Latin palaeography: Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge University Press.
- Cândido, A. (2011). *Vários escritos* (5.^a ed.). Ouro Sobre Azul.
- Cappelli, A. (1899). *Lexicon abbreviaturarum quae in lapidibus, codicibus et chartis praesertim Medii-Aevi occurrunt: Dizionario di abbreviature latine ed italiane*. Editore-Libraio della Real Casa.
- Castro, I., & Ramos, M. A. (1986). Estratégia e tática de transcrição. In *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise (Paris, 20–24 Octobre 1981)* (pp. 99–122). Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- Cerquiglini, B. (1989). *Éloge de la variante : Histoire critique de la philologie*. Seuil.
- Cintra, L. F. L. (1959). *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*. Centro de Estudos Filológicos.
- Cintra, L. F. L. (1983). *Crónica geral de Espanha de 1344* [Edição crítica do texto português. Vol I. Edição fac-similada]. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Academia Portuguesa de História.
- Costa, A. de J. (1980). *Álbum de paleografia e diplomática portuguesas* (5.^a ed. muito melhorada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Costa, A. de J. (1993). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cruz, A. (1987). *Paleografia portuguesa*. Cadernos Portucale.
- Emiliano, A. (2002). Problemas de transliteração na edição de textos medievais. *Revista Galega de Filoloxía*, 3, 29–64.
- Fernandes, G. (2020). A Ars Minor Alcobacense de Donato. In A. M. R. Rebelo & M. M. L. de Miranda (eds.), *O mundo clássico e a universalidade dos seus valores. Homenagem a Nair de Nazaré Castro Soares* (Vol. 1, pp. 337–360). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2032-9>
- Ferreira, J. de A. (1987). *Afonso X. Foro Real – Volume I: Edição e estudo linguístico*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Flexor, M. H. O. (2008). *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX* (3.^a ed. revista e aumentada). Arquivo Nacional.
- Greetham, D. C. (1994). *Textual scholarship: An introduction*. Garland Publishing.
- Gwosdek, H. (2013). *Lily's grammar of Latin in English: An introduction of the eyght partes of speche, and the construction of the same*. Oxford University Press.
- Lose, A. D., & Souza, A. S. de. (Eds.). (2018). *Paleografia e suas interfaces*. Memória & Arte.
- Marcos García, J.-J. (2014). *La escritura gótica. Siglos XII-XV (XX) d.C.* Pericias Caligráficas. https://www.periciasaligraficas.com/v2.0/img/biblioteca/escritura_gotica.pdf
- Marques, J. (2002). Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ciências e Técnicas do Património*, 1, 73–96.
- Marques, J. (2011). A paleografia e a diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*, 42, 285–311.
- Martins, A. M. (1999). Ainda «os mais antigos documentos escritos em português»; Documentos de 1175 a 1252. In I. H. Faria (Ed.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (pp. 491–534). Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Neto, S. da S. (1956). *Ensaio de filologia portuguesa*. Companhia Editora Nacional.
- Neto, S. T. (2020). Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, 20(10), 192–208. <https://doi.org/10.51951/ti.v10i20>
- Nunes, E. A. B. (1969). *Álbum de paleografia portuguesa*. Instituto de Alta Cultura.
- Nunes, E. A. B. (1981). *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Faculdade de Letras.
- Pinho, S. T. de. (1987). *Lopo Serrão e o seu poema da velhice*. Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Santos, M. J. A. (1994). *Da escrita visigótica à carolina: A escrita em Portugal de 882 a 1172 (Aspectos técnicos e culturais)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tanselle, G. T. (1989). *A rationale of textual criticism*. University of Pennsylvania Press.
- Torres, A. R. (1982). *Noese e crise na epistolografia latina goisiana: as cartas de Damião de Góis* (2 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.